

**UM ESTUDO SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES E OBSTÁCULOS ENFRENTADOS  
PELAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO SETOR INDUSTRIAL NAS  
CIDADES DE HORIZONTINA E SANTIAGO - RS**

**Panerai** Gavioli, Liane Maria<sup>1</sup>; **Toebe** Angela<sup>2</sup>; **Boff**, Vilmar Antonio<sup>3</sup>

<sup>1</sup> MESTRANDA em Gestão Estratégica de Organizações pela Uri Santo Ângelo. E-mail: [liane.gavioli@gmail.com](mailto:liane.gavioli@gmail.com)

<sup>2</sup> MESTRANDA em Gestão Estratégica de Organizações pela Uri Santo Ângelo. E-mail: [angela@hzsolucoes.com.br](mailto:angela@hzsolucoes.com.br)

<sup>3</sup> Doutor em Desenvolvimento Regional e Professor da disciplina Desenvolvimento Regional – E-mail: [vaboff@gmail.com](mailto:vaboff@gmail.com)

### **RESUMO**

O presente artigo aborda o tema desenvolvimento do micro e pequenas empresa do setor industrial nos municípios de Santiago e Horizontina. As Micro e pequenas empresas são fundamentais para o desenvolvimento das regiões, pois por meio delas há geração de emprego e renda, que movimentam todo o setor econômico local no qual estão inseridas. Este trabalho tem por objetivo discutir os obstáculos e dificuldades que as mesmas enfrentam assim como a relevância e contribuições deixadas por elas em suas respectivas cidades. Metodologicamente, adotou-se uma pesquisa qualitativa, do tipo descritiva com dados obtidos por meio da aplicação de um questionário em uma amostra de 18 participantes. Os resultados apontaram que a maioria dos pesquisados têm consciência das contribuições econômicas que as mesmas representam para seus municípios assim como as dificuldades e reivindicações em prol de melhorias futuras. Destaca-se que a pesquisa não atingiu o número desejável de empresas participantes e por este motivo sugere-se outras pesquisas futuras inclusive em ramos distintos, possibilitando assim novas comparações entre os públicos questionados.

**Palavras-Chave:** Desenvolvimento regional, micro e pequenas empresas, Contribuições

### **ABSTRACT**

This article deals with the development of micro and small enterprises in the industrial sector in the municipalities of Santiago and Horizontina. The Micro and small companies are fundamental for the development of the regions, because through them there is generation of employment and income, that move all the local economic sector in which they are inserted. This paper aims to discuss the obstacles and difficulties they face as well as the relevance and

contributions left by them in their respective cities. Methodologically, a qualitative, descriptive research was adopted with data obtained through the application of a questionnaire in a sample of 18 participants. The results showed that the majority of respondents are aware of the economic contributions they represent to their municipalities as well as the difficulties and demands for future improvements. It should be emphasized that the research did not reach the desirable number of participating companies and for this reason other future research is suggested, even in different sectors, thus making possible new comparisons among the audiences questioned.

**Keywords:** Regional development, micro and small enterprises, Contributions

## 1 INTRODUÇÃO

As micro e pequenas empresas (MPE) assumem papel importante para as economias locais e regionais e, ocupam papel de destaque no cenário econômico mundial. Caracterizam-se pela criação de novos postos de trabalho contribuindo para o desenvolvimento regional. Em virtude disso, as MPE são consideradas elementos importantes para o crescimento da economia e geração de emprego, transformando políticas de inovação em instrumentos de estímulo à competitividade (NETO; LOURENÇÃO; OLIVEIRA, 2006).

Hoje às microempresas e empresas de pequeno porte representam a maioria das empresas ativas, conseqüentemente o total de suas contribuições é significativo perante os empreendimentos de maior porte. Fator este que permite a legislação oferecer um tratamento simplificado para incentivar o desenvolvimento destes pequenos negócios, colaborando para este segmento empresarial ser uma das opções escolhidas no momento de empreender (SANTOS; KREIN; CALIXTRE, 2012).

Conforme SEBRAE (2014), às micro e pequenas empresas são as principais geradoras de riqueza no Comércio no Brasil, já que respondem por 53,4% do PIB deste setor. No PIB da Indústria, a participação das micro e pequenas (22,5%) já se aproxima das médias empresas (24,5%). O SEBRAE destaca, igualmente, a necessidade dessas empresas em constituir colaboradores envolvidos e comprometidos com os objetivos organizacionais, que participem e contribuam ativamente para que essas empresas consigam sobreviver e se manterem competitivas no mercado em que estão inseridas.

A relevância desse estudo se dá em razão da necessidade de situarmos a micro e pequena empresa no cenário empresarial e econômico das regiões onde atuam, pois a visão

dominante em nossa sociedade é a de que, só as grandes e médias empresas, é que possuem destaque e influência neste cenário. Não compreendemos que, ainda que a atividade comece pequena, ela pode transformar-se em um setor significativo do ponto de vista econômico contribuindo no crescimento regional na qual está inserida. Baseado nestes fatos o presente artigo tem como objetivo analisar o desenvolvimento das micro e pequenas empresas do setor industrial das cidades de Santiago e Horizontina, fazendo um comparativo entre as duas cidades e suas contribuições para o local onde estão inseridas, assim como as maiores dificuldades enfrentadas por estas.

Nesse sentido, o trabalho está estruturado da seguinte maneira: inicialmente apresenta-se o referencial teórico necessário para compreender a trajetória histórica e evolutiva das micro e pequenas empresas do setor industrial no Brasil, suas contribuições e os gargalos enfrentados pelas mesmas. Após discorre-se sobre a metodologia de pesquisa empregada neste estudo, a qual se baseia em uma revisão sistemática da literatura e por fim apresenta-se os resultados obtidos nos questionários, confrontando com o referencial teórico, em sequência as considerações finais e recomendações de pesquisa futura.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

As micro e pequenas empresas surgiram na Europa, com as primeiras oficinas de artesãos. Se concentravam em regiões de intenso comércio (portos e feiras comerciais), onde produziam e comercializavam diversos produtos frutos de seu próprio trabalho. Nessa época já existiam empresas que prestavam pequenos serviços como carregador de navios, transporte de pessoas, consertos de equipamentos, dentre outros. Assim começava às micro e pequenas empresas visando estimular o surgimento e o funcionamento de pequenos negócios (BANTERLI; MANOLESCU, 2007).

No Brasil as pequenas empresas iniciaram suas atividades no período colonial (entre os séculos XVI e XIX), no litoral do estado de São Paulo, nas cidades de São Vicente e Santos, isso em virtude da economia do açúcar ser abastecida em parte, por pequenos proprietários (SOUZA, MACHADO E OLIVEIRA, 2007).

Microempresa é um conceito criado pela Lei n. 7.256/84 e, atualmente, regulado pela Lei n. 9.841, de 5.10.99, que estabelece normas também para as empresas de pequeno porte, em atendimento ao disposto nos arts. 170 e 179 da Constituição Federal, favorecendo-as com

tratamento diferenciado e simplificado nos campos administrativo, fiscal, previdenciário, trabalhista, creditício e de desenvolvimento empresarial.

Os termos microempresa e pequena empresa por muito tempo foram utilizados sem nenhuma distinção (DUTRA; GUAGLIARDI, 1984). O motivo para tal fato pode ser justificado pelas semelhanças existentes entre esses pequenos negócios. De acordo com a Confederação Nacional do Comércio (2000), estas características em comum são: estrutura organizacional simples, o dirigente principal é o responsável pelas tomadas de decisões, número de diretores é pequeno, as fontes de financiamento são escassas ou de difícil acesso, a mão de obra normalmente é não especializada, existe uma falta de domínio do setor que atuam, normalmente são subordinadas às empresas de grande porte e existe um vínculo estreito entre o dono e a empresa, o que pode provocar problemas na administração.

Entender o que é uma micro ou pequena empresa depende do critério que será adotado para classificá-las. O porte de uma empresa é um aspecto significativo que pode diferenciá-la uma das outras.

No Brasil as MPE são determinadas pela Lei complementar Nº 123 de 14 de dezembro de 2006 da seguinte forma: microempresa é aquela formada por pessoa jurídica ou firma mercantil individual que possuir receita bruta igual ou inferior a R\$360.000,00 e empresa de pequeno porte é aquela que tiver receita bruta anual superior a R\$360.000,00 e igual ou inferior a 4.800.000,00.

Existe também a classificação pelo número de empregados, utilizado pelo Sebrae, no qual a microempresa detém até 19 empregados e no segmento de comércio/serviço que dispõe de até 9 empregados. Na pequena empresa no setor industrial configura-se por ter de 20 a 99 empregados e, no comércio e serviço, de 10 a 49 empregados. (SEBRAE,2017).

	<b>Crêterios de Enquadramento</b>	<b>Valor da Receita</b>	<b>Pessoas Ocupadas</b>
Lei n� 123/06, art. 3�, � 1� e � 2�	Microempresas	Até 360 mil reais	
	Empresas de Pequeno Porte	De 360 mil reais até 3,6 milhões de reais	
SEBRAE	Microempresas		Até 19 na indústria e constru�o e até 9 no comércio e serviços
	Empresas de Pequeno Porte		De 20 na indústria e constru�o e de 10 a 49 no comércio e serviços
BNDES	Microempresas	Menor ou igual a 2,4 milhões de reais.	
	Empresas de Pequeno Porte	Maior que 2,4 milhões e menor ou igual a 16 milhões de reais.	
COMISSÃO EUROPÉIA (2003/361/CE)	Microempresas	Não excede 2 milhões de euros	Menos de 10 pessoas
	Empresas de Pequeno Porte	Não excede 10 milhões de euros	Menos de 50 pessoas

(SILVA; MARION, 2013, p. 2)

As micro e pequenas empresas brasileiras têm papel importante dentro da economia do país, destacando-se como um dos principais condutores na gera o de emprego e renda, bem como no avanço econômico e social, segundo estudo do Sebrae sobre a evolu o das micro empresas e empresas de pequeno porte, em 2009 o número de microempresas saiu de 4,1 milhões para 5,15 milhões, ou seja um aumento considerável de 25%, já que as empresas de pequeno porte totalizaram 945 mil, com crescimento de 43%, dentro do mesmo estudo, chama aten o que esse resultado superou o crescimento das m dias e grandes empresas, que foi de 21,2% (SEBRAE, 2015).

Por meio da Lei Complementar n . 123 de 14 de dezembro de 2006 ficou instituído o regime tributário específico para os pequenos negócios, destacando-se a institui o do Simples Nacional, que norteia o cálculo e o recolhimento a que tais empresas se obrigam. O citado diploma legal contempla ainda, os benefícios a que essas empresas têm direito, destacando-se a simplifica o e a desburocratiza o, tendo em vista aspectos fundamentais como acesso ao mercado,   justiça e ao crédito.

## 2.1 O desenvolvimento do Setor Industrial Brasileiro

A Indústria foi a principal responsável pelo crescimento econômico brasileiro entre os anos de 1950-1980, período em que o país estabeleceu uma estrutura industrial diversificada e impulsionada pelo mercado interno. A partir dos anos de 1980, com relativas mudanças no mercado interno e externo, e a ado o de políticas econ micas que restringiram o desenvolvimento do setor industrial, houve uma perda de dinamismo da indústria e do

processo de convergência das estruturas produtivas, fazendo com que o Brasil se distancie-se de outros países em desenvolvimento e economias mais avançadas (SARTI, HIRATUKA, 2011).

A indústria brasileira havia alcançado em 1980 um alto grau de integração Inter setorial e diversificação da produção. No entanto, as empresas industriais, com raras exceções, não inovaram, ficaram a margem do que já se havia conquistado. Essa insuficiência de capacitação das indústrias nacionais, para desenvolver novos processos e produtos, aliado a falta de especialização da estrutura da indústria, assim como a falta de integração com o mercado internacional, desestabilizaram o processo de industrialização brasileiro (CASSIOLATO, LASTRES, 2015).

O desenvolvimento econômico, como se sabe é obtido a partir de mudanças estruturais, realizadas através de investimentos. Segundo Sullivan (2000) a essência do desenvolvimento econômico refere-se a quem toma decisões de investimento, quais os tipos de investimentos realizados e como os retornos destes são distribuídos na sociedade. Assim quando não há investimentos, logo o desenvolvimento tende a ficar estagnado.

Para Beluzzo e Almeida (2002), a década de 1980 foi caracterizada principalmente pela instabilidade nas principais variáveis macroeconômicas. Assim as decisões de investimento em expansão, modernização e inovação, por parte do setor privado foi muito restrito.

Ao longo dos anos de 1980 até 1994, a indústria brasileira teve que reagir e sobreviver a nove planos de estabilização, quinze políticas de indexação salarial, dezenove mudanças nas regras de correção cambial, vinte e duas propostas de equacionamento da dívida externa e vinte planos de ajuste fiscal do estado. Assim em um momento onde a indústria mundial expandiu em busca de novas tecnologias, a indústria brasileira foi submetida a uma profunda reforma estrutural no plano institucional, centrada em políticas de privatização, desregulamentação e liberação comercial (CASSIOLATO; LASTRES, 2015).

Para os autores Sarti e Hiratuka (2011) a frustração acumulada ao longo dos anos 80 deu fôlego a uma guinada em termos de estratégia de desenvolvimento. Observou-se nesse período uma política de maior abertura comercial e financeira, o papel do estado era reduzido, seja através dos processos de privatização, ou retirada de políticas seletivas que conduziam as ações do setor privado. Dessa maneira as estratégias empresariais a partir dos anos 1990 buscaram combinar racionalização da produção, com redução do grau de verticalização e

busca por fornecedores estrangeiros. Mesmo tendo melhorado a eficiência produtiva, os investimentos nesse período continuaram sendo mais defensivos, voltados para a modernização e substituição de equipamentos.

Houve um longo período de baixo crescimento econômico, entre 1980 e 2003, onde a produção industrial cresceu menos de 1% ao ano, uma taxa nove vezes menos que a do período anterior (1950-1980). Mesmo com um longo período de estagnação que iniciou na década de 1980 e se manteve nas décadas seguintes, o aumento de produtos importados de algumas cadeias produtivas, e o menor crescimento relativo dos setores mais intensivos em tecnologia, a indústria brasileira ainda manteve um grau de diversificação bastante amplo (SARTI; HIRATUKA, 2011).

No período seguinte, de 2004-2008, houve tanto uma aceleração na taxa de crescimento quanto uma mudança no padrão de crescimento, sustentado também na demanda doméstica (consumo e investimento) e não apenas na demanda externa, o que favoreceu a expansão de uma gama mais ampla de setores industriais, sobretudo os setores de bens salariais e de bens de capital, que tinham sido fragilizados no padrão de crescimento anterior. Para os autores Sarti e Hiratuka (2011) esse período vivenciou um ciclo virtuoso da produção, emprego, renda, consumo e investimento, resultando um crescimento industrial mais vigoroso.

## **2.2 A Política do setor industrial Brasileiro nos últimos anos**

Quando o setor industrial começou a reagir, e houve uma retomada do crescimento, exigiu grande capacidade de adaptação à situação de instabilidade da economia do período. Instabilidade dos juros e dos preços dos commodities, efeitos da instabilidade cambial que determinaram mudanças nas estratégias de crescimento das empresas industriais.

Durante a década de 1980, devido às altas taxas de inflação e à elevada dívida externa, o país não priorizou a política industrial. Os governos que vieram após os anos 1980, como Collor de Mello e de Fernando Henrique Cardoso, tinham a ideia de que uma política econômica que promovesse a estabilidade era a melhor forma de o governo fomentar o setor industrial (CORONEL et al, 2014). Ainda segundo o autor, o governo Lula, que assumiu a presidência a seguir, encontrou um país estabilidade política e econômica assim como uma credibilidade no cenário internacional. No entanto tinha vários desafios, como diminuir a taxa

de desemprego, o risco país, as dívidas interna e externa, aumentar o crescimento econômico e fomentar o setor industrial.

Vários economistas e especialistas, como Bresser-Pereira (2009, 2010, 2011) apresentaram argumentos de que o Brasil estava iniciando um processo de desindustrialização, uma queda significativa da participação do setor industrial no PIB Brasileiro, devido às baixas taxas de crescimento econômico do setor. Ao assumir a presidência em 2003, o então governo Lula, viu-se diante de inúmeros desafios do setor industrial, devido a baixa taxa de crescimento do setor, chegando a apenas a 1,7% entre os anos de 1986 a 2002. Essa taxa foi bem inferior ao crescimento da década de 1970, onde foi de aproximadamente 7,5% a.a. conforme o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010).

De acordo com Castilhos (2005) como uma maneira de aumentar a competitividade do setor industrial, em 2003 o Governo começou a formar as bases da Política Industrial Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), lançada em 2004. Essa Base focava na inovação e desenvolvimento tecnológico, na inserção no mercado externo, modernização industrial e aumento da capacidade produtiva. Porém, a PITCE teve vários problemas, o que acabou fazendo com que essa política ficasse mais em propostas do que em ações concretas (Castilhos, 2005).

Em maio de 2008, foi lançada a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), que tinha como objetivo geral propiciar o crescimento econômico do país, impulsionado pelo desenvolvimento do setor industrial (Brasil, 2010a). Entre os principais objetivos do PDP estava ampliar a capacidade de oferta, preservar a robustez do balanço de pagamentos, elevar a capacidade de inovação e fortalecer as micro e pequenas empresas.

No entanto, de acordo com Ferraz (2009), houveram problemas para a implantação da PDP, como a definição de quais os setores que seriam beneficiados. Outra crítica do autor diz respeito forma das alterações de alíquotas para vários setores, o que deveria ser feito por mudanças na estrutura tributária e não por renúncias específicas.

Para Bresser-Pereira (2013), enfatiza que uma política macroeconômica que privilegie o equilíbrio fiscal, taxas de juros relativamente baixas e, especialmente, uma taxa de câmbio competitiva seria, inclusive, mais importante do que a própria política industrial para garantir competitividade às empresas que atuam no país.

O Brasil tem inúmeros desafios, a médio e longo prazo. No curto e médio prazo os maiores desafios são uma dinâmica maior na demanda doméstica através da expansão do

consumo e investimento, e de outro lado evitar que uma parcela dessa expansão seja desviada para o mercado exterior (SARTI, HIRATUKA, 2011). Ainda segundo os autores, a política de desenvolvimento industrial do Brasil deve ter como principal meta assegurar que a crescente demanda doméstica seja atendida por uma crescente e competitiva oferta doméstica de bens intermediário, de capital e de consumo.

### **3 METODOLOGIA**

Gil (2010) destaca que a metodologia consiste no caminho a ser questionado e vivenciado por parte do pesquisador.

Na presente pesquisa, portanto, será utilizada apenas a pesquisa qualitativa em todo o estudo, assim conceituada:

Pesquisa qualitativa: parte do entendimento de que existe uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requerem o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para a coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave (MATIAS, 2010, p.71).

Quanto aos objetivos, o estudo classifica-se como descritivo, onde se observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou variáveis sem manipulá-los. Procura-se descobrir, com a maior precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, bem como sua natureza e características (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007).

Para a coleta dos dados, as autoras desenvolveram um questionário composto de dez questões abertas e fechadas, onde buscou-se identificar as principais contribuições deixadas pelas indústrias em seu município bem como as principais dificuldades e barreiras que as mesmas passam para se manterem ativas.

Para fins de estudo o universo utilizado foram as empresas do setor industrial da cidade de Santiago e Horizontina-RS.

Santiago é uma cidade do Estado do Rio Grande do Sul que fica localizado na região central do Estado, é conhecido como a "Terra dos poetas", devido a tradição literária e berço de muitos poetas de renome nacional e internacional. Terra com história riquíssima e belezas naturais. Possui o Festival da música Crioula de Santiago, por onde já passaram famosos cantores e compositores tradicionalistas. Município reconhecido pelo seu orgulho nas tradições Farroupilhas.

O município de Santiago fica localizado a aproximadamente 450 km da capital do estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Possui aproximadamente 50.622 habitantes conforme dados do IBGE 2015. A base da economia do município é agropecuária, indústria e comércio.

Horizontina é conhecida como a capital nacional das Colheitadeiras, pois no município foi produzido a primeira colheitadeira de grãos do Brasil. A cidade recebe, em virtude da Multinacional John Deere, fábrica de Colheitadeiras e plantadeiras, muitos visitantes de outras regiões do Brasil, assim como de outros países.

O município de Horizontina, fica a aproximadamente 500 km da capital Porto Alegre, e está localizado na Região Noroeste do estado, a apenas 32 km da costa do Rio Uruguai, divisa do Brasil com a Argentina. Possui aproximadamente 19.200 habitantes. A economia do município, envolve vários setores como agricultura, Indústria e Comércio.

São dois municípios distintos, pertencentes a regiões diferentes do estado, e, através da pesquisa se tem também por objetivo conhecer mais sobre as pequenas indústrias desses municípios, quais as igualdades e as diferenças encontradas entre elas.

O questionário foi enviado via correio eletrônico (e-mail) para 30 (trinta) indústrias do município de Santiago e 20 (vinte) do município de Horizontina. Sendo que destas obteve-se somente 11 respostas das indústrias de Santiago e 7 de Horizontina. O índice de retorno das respostas não foi satisfatório para as pesquisadoras, no entanto serão utilizadas como base de análise as respostas recebidas, fazendo um diagnóstico de cada cidade e quais os pontos que ambas têm em comum.

Os dados obtidos foram tabulados com o auxílio do Excel e os resultados foram analisados por meio de estatística descritiva, conforme se apresenta no próximo tópico.

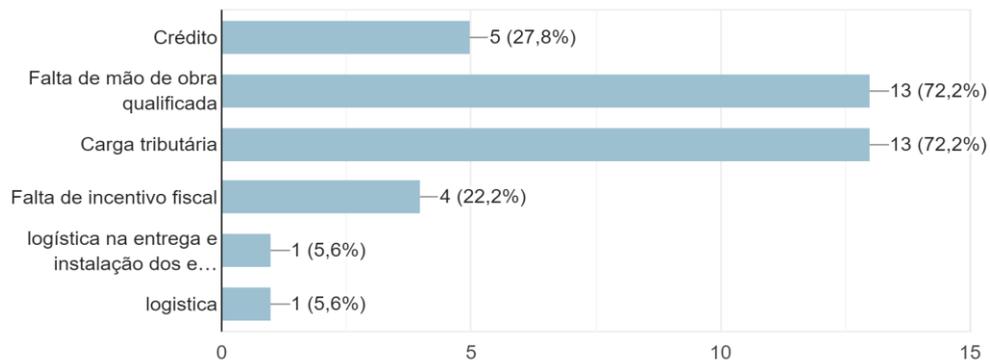
#### **4 ANÁLISE DOS RESULTADOS**

A partir das 18 (dezoito) respostas analisou-se os dados coletados, sendo que a primeira pergunta foi: Quais os maiores obstáculos enfrentados hoje pela empresa? Na cidade de Horizontina, das 7 empresas respondentes 6 colocaram que é a Carga tributária. Ou seja, os altos tributos são para a maioria dessas empresas um obstáculo para seu crescimento. Na cidade de Santiago, das 11 empresas, todas responderam como maior obstáculo a falta de mão de obra qualificada, e destas, 7 colocaram como segunda opção também a Carga Tributária. Como podemos ver no gráfico a seguir, a falta de mão de obra qualificada e a carga tributária

são os maiores obstáculos enfrentados hoje nestas empresas de maneira geral. A falta de crédito e incentivo fiscal também aparecem, mas com um índice menor.

### Quais os maiores obstáculos enfrentados hoje pela sua empresa?

18 respostas

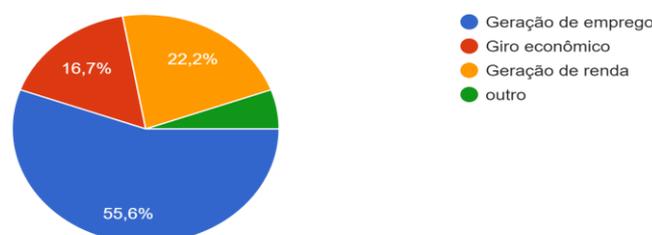


Fonte: Elaborado pelos autores através dos resultados da pesquisa.

Foi perguntado também para as empresas, quais as contribuições que dão a cidade onde estão instaladas? Na cidade de Horizontina 5 empresas responderam ser a geração de empregos, uma respondeu geração de renda e uma giro econômico. Na cidade de Santiago, 5 responderam geração de empregos, 3 responderam geração de renda, 2 giro econômico e 1 empresa respondeu outra opção. Pode-se perceber que a maioria das empresas em ambas as cidades responderam contribuir para geração de emprego, o que é significativamente importante para a cidade e toda comunidade como mostra o gráfico a seguir:

### Quais as principais contribuições da empresa para sua cidade?

18 respostas

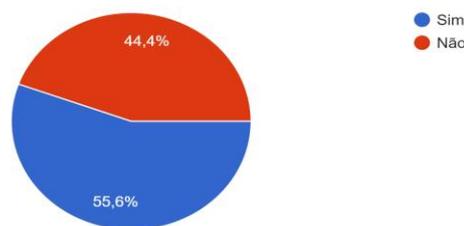


Fonte: Elaborado pelas autoras através dos resultados da pesquisa

Quando questionadas sobre possuírem ou não planejamento estratégico, os resultados diferem nas cidades pesquisadas. Na cidade de Horizontina 4 empresas responderam não possuir planejamento estratégico, ou seja 57% das empresas respondentes, e apenas 3 responderam que possuem planejamento estratégico. Já na cidade de Santiago 7 das 11 empresas responderam que possuem planejamento estratégico, um percentual de 64%, e apenas 4 responderam que não possuem. Nesse aspecto é interessante para um próximo trabalho, verificar o quanto esse resultado está impactando no crescimento destas empresas.

#### A empresa possui Planejamento Estratégico?

18 respostas

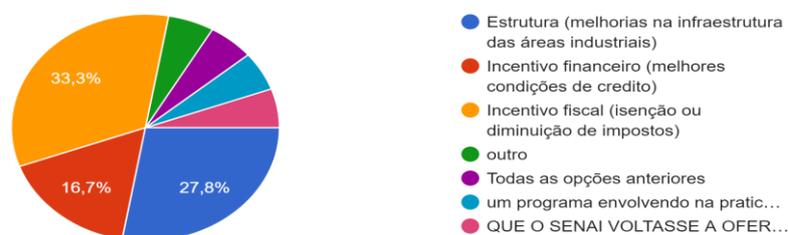


Fonte: Elaborado pelas autoras através dos resultados da pesquisa.

Já em relação às mudanças que seriam importantes no município, na cidade de Horizontina 4 empresas responderam como Estrutura (melhoria das áreas industriais) e na cidade de Santiago 5 responderam esta mesma opção. Como podemos observar no gráfico a seguir:

#### Na sua opinião quais mudanças seriam importantes no município para haver mais desenvolvimento das pequenas indústrias?

18 respostas



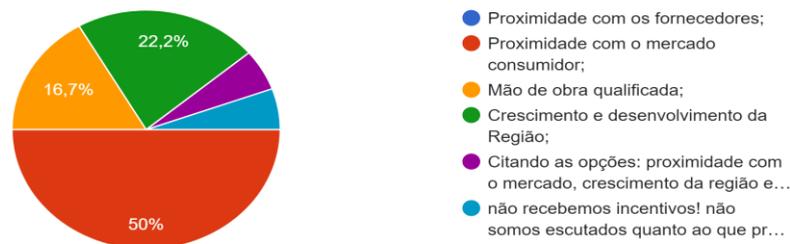
Fonte: Elaborado pelas autoras através dos resultados da pesquisa.

Outro ponto significativo foi em relação às vantagens que a empresa percebe em estar instalada nas referidas cidades. Neste quesito 50% das empresas disseram que é por estarem perto do mercado consumidor seguido de 22,2% do crescimento e desenvolvimento da região.

Ponto este bastante relevante e que aponta que os dois municípios têm condições de investir ainda mais no ramo trazendo novas oportunidades e parcerias para estas regiões como mostra o gráfico abaixo:

Quais as vantagens que sua empresa percebe em estar instalada na cidade/região?

18 respostas



Fonte:

Elaborado pelas autoras através dos resultados da pesquisa.

Outro aspecto que foi unânime entre as empresas foi em relação a colaboração das mesmas para o desenvolvimento local onde 100% das respostas foi em relação a geração de renda e emprego nos referidos municípios. Todas têm consciência de seu papel na sociedade e sua valiosa contribuição para estes municípios ajudando no sustento de suas famílias, mantendo pessoas empregadas sem precisarem se deslocar para outras cidades em busca de novas oportunidades. Aumentando o giro econômico destes municípios as empresas almejam sempre crescimento e desenvolvimento contínuo.

Pela relevância que as mesmas exercem nos respectivos municípios é notório a preocupação e conscientização das mesmas em ambas as cidades. Aspecto este que merece atenção especial da sociedade e dos políticos a fim de, alavancar meios de melhorias, tanto nos aspectos tributários, fiscais, infraestrutura, mão de obra, aspectos estes solicitados pelos próprios empresários e que necessitam de mudanças urgentes nestes cenários.

Segundo estudos do (SEBRAE 2015) o número de micro e pequenas indústrias superou o crescimento das grandes empresas fato este que mostra a força dos pequenos o que motiva ainda mais para chamar atenção dos dirigentes e governantes para fomentar ainda mais empreendimentos desta natureza em nossos municípios.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As micro e pequenas empresas têm exercido grande relevância no desenvolvimento regional prestando um importante papel social. São na maioria das vezes as responsáveis pelo giro econômico dos municípios e região onde estão inseridas, contribuindo fortemente para o desenvolvimento local.

Apesar da instabilidade política e econômica atual as microempresas diferentemente das grandes empresas têm se consolidado melhor no cenário atual, e mesmo enfrentando diversas dificuldades, gargalos, estas organizações têm sido socialmente relevantes por auxiliarem na economia dos municípios contribuindo para a geração de empregos e renda.

O presente artigo se propôs a analisar as principais contribuições que as micro e pequenas empresas deixam na economia local dos municípios de Santiago e Horizontina. Apesar dos dados coletados não terem sido considerados suficientes pelas pesquisadoras serviu como base para refletirmos sobre a importância dos pequenos e sua representatividade econômica.

Este estudo também não responde a todas as questões implícitas em relação às contribuições que as micro e pequenas empresas deixam para seu município nem foi sua pretensão. Porém, é importante observar o papel fundamental que as mesmas exercem na economia local e, principalmente unir forças entre empreendedores e governantes para que as mesmas ampliam suas possibilidades de sucesso.

Sendo assim, considerando que este estudo limitou-se a pesquisar um grupo restrito o qual ficou concentrado nas micro e pequenas empresas do ramo industrial de dois municípios, sugere-se a continuação de novas pesquisas, envolvendo ramos diferenciados, a fim de que se possa ter uma análise mais detalhada e profunda sobre o tema considerado tão importante na sociedade como um todo.

## REFERÊNCIAS

- BANTERLI, Fábio Rogério; MANOLESCU, Friendhilde Maria K. **As micro e pequenas empresas no Brasil e a sua importância para o desenvolvimento do país**. XI Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VII Encontro Latino Americano de Pós Graduação – Universidade do Vale do Paraíba. São José dos Campos-SP – Brazil, 2007. Disponível em: <[http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC\\_2007/trabalhos/sociais/inic/INICG00512\\_01O.pdf](http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2007/trabalhos/sociais/inic/INICG00512_01O.pdf)>. Acesso em: 04 set. 2018.
- BARQUERO, A. V. (1999), Desarrollo, Redes, Innovación. Pirámide, Madrid.
- BRASIL. (2010a). **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Política de Desenvolvimento**. 118 Brazilian Journal of Political Economy 34 (1), 2014.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. (2011). **Globalização e competição: porque alguns países emergentes têm sucesso e outros não**. Rio de Janeiro: Elsevier.

BRUM, Argemiro J. O desenvolvimento econômico brasileiro. 12. ed. Petrópolis: Vozes; Ijuí: Ed. da UNIJUÍ, 1993.

CASTILHOS, C. C. (2005). **Contradições e limites da política industrial do Governo Lula. Indicadores Econômicos (FEE)**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 54-74.

CÊRA, K.; ESCRIVÃO FILHO, E. **Particularidades de gestão da pequena empresa: condicionantes ambientais, organizacionais e comportamentais do dirigente**. In: EGEPE - Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas. 3., 2003, Brasília. Anais... Brasília: UEM/UEL/UnB, 2003, p. 796-812.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

DRUCKER, P. F. **Inovação e espírito empreendedor** (entrepreneurship): prática e princípios. Trad. Carlos Malferrari. São Paulo: Pioneira Thomsom, 2002.

FERREIRA, A. V. **Como crescer: estratégia, gestão e recursos para sua empresa**. São Paulo: Ernst & Young Terco, 2013.

GOULART, S.; VIEIRA, M. M. F. e CARVALHO, C. A. (2005), **Universidades e Desenvolvimento Local**. Sagra Luzzatto, Porto Alegre. JOYAL.

LEONE, R. J. G.; LEONE, N. M. C. P. G. **Pequenas e médias empresas: contribuições para discussão sobre por que e como medir o seu tamanho**. Revista do Mestrado em Administração da Universidade Potiguar - RaUnP - Ano 4, n.1 (out.2011./mar. 2012)

MATIAS, P. J. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NETO, G. H.; LOURENÇÃO, P. T. de M.; OLIVEIRA, E. A. de A. Q. **Análise do perfil do empreendedor Joseense para implantação de novos negócios e Desenvolvimento Regional**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, São Paulo, v. 2, n.1, 2006.

O'SULLIVAN M. (2000) **Contests for corporate control - Corporate governance and economic performance in the US and Germany**. Oxford: Oxford University Press.

ROTA, Edeamar. **Desenvolvimento Regional e Políticas Sociais no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul**. Tese de Doutorado, PUC, 2007.

SANTOS, A. L.; KREIN, J. D.; CALIXTRE, A. B. (Orgs.). **Micro e pequenas empresas: mercado de trabalho e implicação para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ipea, 2012.

SEBRAE, **A Evolução das microempresas e empresas de pequeno porte 2009 a 2012 - Série Estudos e Pesquisas - 2014**. SEBRAE Análise do CAGED, 06/2017.

SEN, A. (2000), **Desenvolvimento como Liberdade**. Companhia das Letras, São Paulo.

SOUSA, J. C. **A Importância do Planejamento Financeiro para Micro e Pequenas Empresas**, Valinhos, 2004. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAfIC4AI/a-importancia-planejamentofinanceiro-micro-pequenas-empresas?part=6>> Acesso em: 20 set. 2018.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução de Daniel Grassi. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.